

Comissões podem votar hoje a reforma eleitoral

As comissões de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia têm reunião hoje para examinar projeto com as regras para as eleições do próximo ano. **5**

Multa para empresa que não adaptar acessos

A Comissão de Direitos Humanos deve analisar amanhã projeto que pune as empresas que não adaptarem seus acessos a pessoas com deficiência. **4**

CPI da Petrobras ouve auditor do TCU

Comissão parlamentar de inquérito apura denúncia de suposto superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. **5**

Senado começa a discutir as regras para exploração do pré-sal

No dia em que o Executivo enviou quatro propostas sobre novo marco regulatório, senadores governistas e opositores debateram os desafios do aproveitamento da nova riqueza



Dilma, Sarney, Marisa Letícia e Lula no lançamento do marco regulatório do pré-sal, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães

Os quatro projetos com que o governo pretende definir o novo marco regulatório da exploração do pré-sal chegam ao Congresso acompanhados de um pedido de urgência. A Câmara dos Deputados terá 45 dias para votá-los, mesmo prazo de que dispõem os senadores. A urgência foi um dos pontos questionados no Plenário do Senado, e o líder do DEM, José Agripino, afirmou que seu partido pode obstruir o exame das propostas. A líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti, fez um apelo em favor do “desarmamento dos ânimos”. **6 e 7**

Orçamento prevê mínimo de R\$ 505,90

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, o Orçamento da União para o próximo ano. A proposta prevê aumento

do salário mínimo dos atuais R\$ 465 para R\$ 505,90 e um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4,5%. O projeto, que fixa as estimativas de receitas e despesas para o

exercício financeiro de 2010, deve ser votado pelo Congresso Nacional até o dia 22 de dezembro, data que coincide com o encerramento da sessão legislativa. **3**



Em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, Sergio Valdir Bajay (E), Fernando Collor, Marcos Sawaya Jank e Adriano Pires: defesa de energia limpa

Cobrança de planejamento para combustíveis

Especialistas foram unânimes em defender um planejamento de longo prazo para o setor de combustíveis. O senador Gilber-

to Goellner citou o exemplo de usina de biodiesel construída no Ceará, estado que, segundo ele, não produz óleos vegetais.

Fernando Collor designou um grupo de trabalho para oferecer sugestões a um marco regulatório para os biocombustíveis. **2**

Grupo de trabalho designado pelo presidente da Comissão de Infraestrutura, Fernando Collor, vai estudar um marco regulatório para os biocombustíveis



Sérgio Bajay, Fernando Collor, Marcos Jank e Adriano Pires em debate na Comissão de Infraestrutura

Especialistas pedem planejamento de longo prazo para combustíveis

Especialistas ouvidos ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), durante o painel Petróleo, Etanol e Biocombustíveis: Diferenciais Estratégicos, foram unânimes em pedir um planejamento de longo prazo para o setor. Ao final da audiência pública, o presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), designou um grupo de trabalho com o objetivo de debater e apresentar sugestões para a elaboração de um marco regulatório para o setor de biocombustíveis. O grupo será coordenado pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e composto, ainda, pelos senadores Gilberto Goellner (DEM-MT) e Delcídio Amaral (PT-MS).

O primeiro a apresentar suas ponderações foi Sergio Valdir Bajay, professor de Planejamento Energético e Engenharia Mecânica e de Petróleo na Universidade de Campinas (Unicamp). Ele salientou que os critérios para leilões de energia elétrica privilegiam as termelétricas movidas a gás, óleo ou carvão, em detrimento de usinas movidas a biomassa ou biocombustíveis. Como forma de minimizar o problema, ele sugeriu que o Ministério de Minas e Energia e a Empresa de Pesquisa Energética incorporem critérios que privilegiem custos e benefícios socioambientais, por exemplo. Também sugeriu a realização de leilões de energia mais específicos, para tecnologias que se deseje fomentar.

Já Marcos Sawaya Jank, diretor do departamento de Agronegócios da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e presidente da União das Indústrias de

Cana-de-açúcar, lamentou que o Brasil tenha tido "matrizes energéticas erráticas" nos últimos 30 anos, ora beneficiando petróleo e derivados, ora privilegiando hidrelétricas e biocombustíveis. Ele salientou que a bioeletricidade, como a adquirida a partir do etanol, é produzida no período seco, sendo, por isso, complementar à energia hidrelétrica. Ele defendeu um marco regulatório para os biocombustíveis que defina a participação do etanol na matriz energética – hoje, segundo ele, essa participação já alcança 16,7% – e reduza problemas como a volatilidade de preços no setor.

Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lamentou que o setor no Brasil seja tratado de forma conjuntural. Ele previu a realização de racionamentos e apagões no Brasil nos próximos anos, caso a economia do país cresça a taxas próximas a 5% ao ano. Destacou ainda que a matriz energética brasileira é "limpa" – segundo ele, 36,1% vêm de fontes renováveis, enquanto Jank colocou esse índice em 46% – e sugeriu que o país procure evitar "sujar" essa matriz com a utilização das grandes jazidas de petróleo da chamada "camada pré-sal".

Fernando Collor afirmou que mais importante do que o Brasil fizer com o petróleo do pré-sal é o que o país fará com os recursos provenientes de sua exploração. Para o presidente da CI, os recursos têm de ser utilizados no desenvolvimento da educação e da pesquisa e também na questão ambiental.

Desafio apontado por especialistas é não "sujar" a matriz limpa de grande parte da energia brasileira

Faltam estratégia para o setor e um plano de desenvolvimento, constata senadores

O senador Gilberto Goellner questionou os participantes da audiência pública na Comissão de Infraestrutura sobre a falta de estratégia no setor. Citou o exemplo de uma usina de biodiesel construída no Ceará, estado que não produz óleos vegetais, o que eleva sobremaneira o custo do produto. Ele sugeriu que as termelétricas a serem construídas no país utilizem esse biocombustível. Adriano Pires afirmou a importância da exploração comparativa de cada região para diminuir o chamado custo Brasil.

Inácio Arruda afirmou que o país pre-

cisa de um projeto de desenvolvimento ousado, que distribua a riqueza e valorize o mercado interno. Assim, segundo o senador, haverá demanda para todo tipo de energia, seja ela eólica, hidrelétrica ou de biocombustíveis. Fernando Collor lembrou a importância do Estado na indução do desenvolvimento de um país, citando os ciclos desenvolvimentistas implementados pelos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Esse foi o quarto painel realizado pela CI, no programa "Agenda 2009-2015: Desafios Estratégicos Setoriais".

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sarney tem audiência com Paulo Paim

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 10h, na sala de audiências, o senador Paulo Paim (PT-RS); às 16h, preside a ordem do dia, no Plenário.

Despesas de convênios do FAT

A sessão deliberativa tem início às 14h. Na hora do expediente, será votado requerimento que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações sobre despesas de convênios do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Na pauta, estão oito propostas de emenda à Constituição. Entre elas, a PEC 7/08, que transfere da União para o Distrito Federal atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.



CCJ e CCT discutem reforma eleitoral

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) debatem, às 11h, entre outras medidas, a reforma eleitoral – aprovada pela Câmara dos Deputados –, que libera o uso da internet já nas campanhas para as eleições do próximo ano, entre outras medidas.

Audiência debate perspectivas para conferência sobre clima

Audiência pública, às 10h, na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, debate, com presença do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, as perspectivas do Brasil para a 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-15), em dezembro, na Dinamarca.

CAE analisa projeto que beneficia literatura de cordel

O primeiro dos 41 itens da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – que se reúne às 10h – é o projeto que inclui a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do imposto de renda (IR) devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios. Também em pauta a proposta que proíbe cobrança de IR e contribuição previdenciária sobre férias dos trabalhadores e a que permite dedução de gastos realizados com educação profissional de nível técnico.

Óleo vegetal como combustível na agricultura

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa, às 9h30, entre outros itens, o projeto que permite a produção, a venda e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras e outros veículos e máquinas utilizados na produção, no beneficiamento e no transporte de produtos agropecuários. O projeto é de autoria do senador Gilberto Goellner (DEM-MT).

Alterações no Código de Defesa do Consumidor

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, entre 14 itens da pauta, propostas que alteram o Código do Consumidor. Entre eles, o projeto que proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado. Outra proposta fixa prazo para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente.

CPI ouve responsáveis pela empresa Pini Engenharia

O auditor de Finanças e Controle do Tribunal de Contas da União (TCU) André Delgado de Souza; o diretor de Relações Institucionais da Pini Serviços de Engenharia, Mário Sergio Pini; e Luiz Raymundo Freire de Carvalho, consultor da empresa, serão ouvidos às 14h pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras.

Acusados depõem na CPI da Pedofilia

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia vai debater, às 10h30, a utilização da internet na prática de crimes de pedofilia. Serão ouvidos Fernando Luis Mattos da Matta (DJ Marlboro) e Junia Fonseca Duarte.

Recenseamento da educação infantil em pauta na CE

Às 11h, a Comissão de Educação (CE) se reúne para analisar, entre outros, o projeto que visa garantir o recenseamento escolar de crianças até cinco anos de idade para atendimento em educação infantil. A primeira proposta em pauta institui o Sistema de Avaliação da Educação Superior.

SENADO RECEBE 38 NOVOS CONCURSADOS

Ontem, 38 novos servidores públicos concursados foram recebidos no Senado pelo diretor-geral da Casa, Haroldo Tajra, e pela diretora da Secretaria de Direitos Humanos, Dóris Marize Romariz Peixoto.

Dos novos concursados, 25 são analistas legislativos, 11 técnicos e dois consultores. Após assistirem a palestras, os novos servidores participaram de um painel com os diretores das secretarias especiais de Comunicação Social (Secs), Fernando Cesar Mesquita; do Prodasen, Deomar Rosado; e do Sistema Integrado de Saúde (SIS), Fábio Coutinho.

MANDADO CONTRA SARNEY É ARQUIVADO NO STF

Segundo noticiado pelo site do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Eros Grau arquivou o mandado de segurança protocolado por sete senadores para reabrir o exame de denúncias feitas contra o presidente do Senado, José Sarney. O site diz que Eros Grau considerou prejudicado o pedido de liminar impetrado por José Nery (PSOL-PA), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Renato Casagrande (PSB-ES), Jefferson Praia (PDT-AM), Demostenes Torres (DEM-GO), Pedro Simon (PMDB-RS) e Kátia Abreu (DEM-TO). De acordo com o STF, Eros Grau substituiu o relator do mandado de segurança, ministro Joaquim Barbosa, em licença médica.

PUBLICAÇÕES EM BRAILE EM FEIRA DE CURITIBA

A Biblioteca Pública do Paraná, a Associação dos Deficientes Visuais do estado (Adevispar) e a Faculdade Metropolitana de Curitiba (Famec) receberam kits de publicações do Senado em braile, no último sábado, no estande da Casa na I Bienal Internacional do Livro de Curitiba. Na ocasião, Airtton Simille, chefe da seção braile da biblioteca paranaense, lamentou que a regulamentação da Lei do Livro esteja "emperrada" há cinco anos na Casa Civil da Presidência. Ele também sugeriu ao Senado que forneça títulos em áudio-livro a entidades que prestam serviços a deficientes visuais.



Jonas Pereira

Flávio Arns: subcomissão quer conhecer prioridades de pessoas com deficiência

Financiamento para cadeira de rodas motorizada

Na qualidade de presidente da Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência, Flávio Arns (sem partido-PR) pediu que a sociedade contribua com o colegiado na elaboração de uma pauta de trabalho que ajude a minimizar os problemas enfrentados pelos cerca de 20 milhões de brasileiros portadores de alguma espécie de deficiência.

O senador citou, entre as questões que precisam ser debatidas, as linhas de financiamento para aquisição de cadeira de rodas motorizada, que facilita a locomoção de paraplégicos; alterações na legislação trabalhista dos deficientes mentais; adaptações no sistema de cotas para pessoas com deficiência; e estruturação do sistema público de saúde para o atendimento especial.



Jonas Pereira

Garibaldi diz que Lei Nacional da Pesca é conquista da categoria

Garibaldi destaca a ação política de pescadores

Ao lembrar sua participação em ato público promovido pelo Sindicato Nacional dos Pescadores Artesanais na praia de Caiçara do Norte, no litoral potiguar, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) destacou o recente processo de organização política da classe dos pescadores.

Os pescadores eram esquecidos pelas práticas governamentais porque não atuavam, não se faziam lembrar, não reivindicavam. A convocação da Federação Nacional da Pesca conseguiu mobilizar os pescadores, que comemoram o que já conquistaram e se lançam à conquista de novos pleitos – disse Garibaldi, em referência à Lei Nacional da Pesca, aprovada pelo Congresso após dez anos de tramitação.

Orçamento para 2010 chega com mínimo de R\$ 505,90

Projeto da Lei Orçamentária Anual entregue ontem pelo ministro do Planejamento ao presidente do Senado traz previsão de crescimento do PIB de 4,5% no próximo ano

O PROJETO DA Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2010 foi entregue ontem ao presidente do Senado, José Sarney, pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo. A proposta prevê 8,79% de aumento para o salário mínimo (dos atuais R\$ 465 para R\$ 505,90).

A proposta também prevê um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4,5%, já contemplando a retomada do crescimento da economia depois da crise iniciada no segundo semestre de 2008. O PIB do ano passado ficou em 5,1%, mas a crise prejudicou as exportações e o mercado interno desacelerando a atividade econômica. Analistas preveem um PIB na casa dos 3% em 2009.

Na realidade, ficamos tentados a colocar 5% de projeção porque muita gente já está falando isso. É um cenário de receita melhor, as transferências para estados e municípios vão crescer bastante também – explicou Paulo Bernardo.

O prazo do Legislativo para desenvolver o projeto da lei orçamen-



Moreira Mariz

Entre parlamentares, Sarney recebe projeto das mãos de Paulo Bernardo (4º à esq.)

tária à sanção é 22 de dezembro. O projeto, depois de aprovado pelo Legislativo, sancionado pelo presidente da República e publicado, converte-se na Lei Orçamentária Anual.

Salário mínimo

Sobre o salário mínimo, o ministro afirmou que o valor de R\$ 505,90, por ser baseado no crescimento da economia e na inflação de 2009, poderá sofrer alterações até o final do ano, uma vez que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deverá revisar tanto o índice de crescimento do

PIB para este ano quanto o índice de aumento dos preços.

Paulo Bernardo informou que o valor das receitas primárias calculado na proposta da LOA para 2010 foi de R\$ 853 bilhões; a previsão de despesas primárias para o mesmo período foi de R\$ 802 bilhões.

Já os investimentos federais, segundo ele, deverão atingir R\$ 46 bilhões, valor R\$ 7 bilhões superior ao investimento previsto no projeto da LOA deste ano. A previsão de investimentos das estatais foi fixada em R\$ 97 bilhões.



Gerardo Magela

Suplicy: "Campanhas estão entre as origens dos problemas do país"

Suplicy apresenta emendas a projeto sobre eleições

Eduardo Suplicy (PT-SP) expôs as emendas por ele apresentadas ao projeto da Câmara que modifica a legislação eleitoral. Segundo o senador, o objetivo de suas emendas ao PLC 141/09 é ampliar a transparência e a moralidade nos pleitos, favorecer a participação feminina e regular o processo de doações aos candidatos e partidos.

Considerando que as campanhas eleitorais estão entre as origens dos graves problemas vividos pelo país, avalio que é o momento de o Senado dar uma resposta moralizadora – disse.

Suplicy ainda recomendou ao prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, buscar soluções para famílias que habitavam o terreno de uma empresa de ônibus no bairro Capão Redondo.



Gerardo Magela

Para Valter Pereira, reforma política deveria ser uma das prioridades

Valter Pereira vê limites na reforma em exame na CCJ

A reforma política deveria ser uma das prioridades do Congresso, afirmou ontem Valter Pereira (PMDB-MS). O projeto (PLC 141/09) que será apreciado hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, avaliou o senador, não é uma reforma política. Ele argumentou que temas importantes vão ficar de fora da discussão na comissão.

O que nós vamos votar como reformas, na CCJ, na verdade são mudanças singelas na legislação eleitoral. Não vamos votar cassação de mandato, recall, extensão do mandato; não vamos votar essas medidas que realmente poderiam trazer para o eleitor uma condição melhor de avaliação e de acompanhamento dos mandatos.

Cavalcanti ressalta importância de nova universidade

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) destacou o acerto na criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que, segundo ele, transformou a cidade em um grande polo tecnológico. A partir dela foi implantada a Rede Metropolitana de Campina Grande, integrada por diversas universidades e instituições de pesquisa científica.

Campina Grande é muito mais do que a cidade do São João. É um dos 74 polos tecnológicos do país mapeados pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – salientou.



Moreira Mariz

Cavalcanti: instituição transformou cidade em polo tecnológico

João Pedro relata visita a usina nuclear de Angra

João Pedro (PT-AM) relatou visita às usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, em Angra dos Reis (RJ). Acompanhado pelos senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Flávio Torres (PDT-CE) e pelo deputado Maurício Rands (PT-PE), João Pedro ressaltou o compromisso de cientistas, físicos, professores e funcionários da Eletronuclear. Para ele, o Brasil não pode prescindir da energia nuclear.

A carência de energia ainda é significativa. Precisamos avançar para que todas as residências possam energia. Precisamos discutir sem preconceito.



Moreira Mariz

Para João Pedro, Brasil não pode prescindir da energia nuclear

Quintanilha quer apoio a "Sistema S" no turismo

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) pediu apoio para projeto de sua autoria (PLS 174/09) que cria o Serviço Social do Turismo (Sestur) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (Senatur) nos moldes do chamado "Sistema S", que compreende serviços semelhantes nas áreas da indústria, do comércio e dos transportes.

O senador lembrou que, assim como os similares dos setores da indústria, do comércio e dos transportes, o Senatur atuará na capacitação profissional, enquanto o Sestur deverá cuidar do apoio ao trabalhador.



Moreira Mariz

Quintanilha: apoio à capacitação do trabalhador em turismo



Genaldino Magalhães

Gim propõe que valor indevidamente pago seja devolvido em até cinco dias

Projeto cria prazo para restituição de pagamento

Os valores pagos indevidamente pelo consumidor ao fornecedor terão prazo de cinco dias, contados a partir da data de recebimento da solicitação do cliente, para que sejam devolvidos, de acordo com projeto de Gim Argello (PTB-DF), que está na pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O relator, João Pedro (PT-AM), considerou excessivamente curto esse tempo, ampliando-o para 15 dias. Pelo projeto (PLS 189/09), o consumidor deverá ser ressarcido por valor igual ao dobro do que pagou a mais, acrescido de correção monetária e juros, salvo se houve engano justificável. No relatório, João Pedro propõe ainda multa de 10% sobre esse montante. A matéria está sendo examinada em caráter terminativo.

Outro projeto em exame pela CMA determina que boletos bancários poderão passar a ser pagos em qualquer agência bancária, inclusive após o vencimento do débito. A proposta (PLS 138/09), de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), em seguida vai para exame, em decisão terminativa, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Fóssil

Projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece normas para proteção ao patrimônio fóssil também está na pauta da Comissão de Meio Ambiente, onde receberá decisão terminativa.

De acordo com o relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), muitas vezes tal patrimônio é alvo de exploração clandestina e de contrabando para o exterior, onde passa a fazer parte de coleções particulares, tornando-se inacessível para análise pelos paleontólogos. O relator é favorável à proposta com emendas aprovadas durante o exame na CCJ.

Asfaltamento

Requerimento de Jefferson Praia (PDT-AM) solicitando o comparecimento de autoridades na CMA para prestar informações sobre o atraso no asfaltamento da rodovia BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, também deve ser votado na reunião de hoje.

O senador propõe convites aos governadores de seu estado, Eduardo Braga, e de Rondônia, Ivo Cassol; aos ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e dos Transportes, Alfredo Nascimento; e ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot.

Comissão de Direitos Humanos analisa projeto sobre punição às empresas que não atenderem a lei sobre eliminação de barreiras arquitetônicas a pessoas com deficiência

Empresa que não adaptar acessos poderá ser multada

PROJETO QUE ESTABELECE multa às empresas que não tiverem feito adaptações e eliminações de barreiras arquitetônicas, em edifícios próprios ou sob sua administração, para atender à lei de promoção de acessibilidade a pessoas com deficiência deve ser analisado amanhã pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A proposta, de Flávio Arns (sem partido-PR), recebeu substitutivo de Romeu Tuma (PTB-SP).

De acordo com a matéria (PLS 738/07), o valor da multa, a ser aplicada para empresas públicas ou privadas, será fixado entre 20 e 200 salários mínimos e, em caso de reincidência, dobrado em dobro. Arns alertou que a Lei 10.098/00 foi promulgada há oito anos e muitas barreiras arquitetônicas nunca foram alteradas.

O relator defendeu a necessidade de substitutivo argumentando que o projeto original penalizava de igual modo uma instituição bancária e uma padaria de bairro, sendo indispensável, portanto, estabelecer limites mínimos e máximos. Além disso, Romeu Tuma considerou importante estabelecer o prazo de 180 dias para a medida entrar em vigor. A matéria recebe decisão terminativa na CDH.

Também está na pauta do colegiado o PLC 47/09, que prevê a reserva de, pelo menos, 20% dos recursos públicos federais destinados à habitação em benefício da mulher responsável pelo sustento da família. No texto, o autor, deputado Pompeo de



Márcio Kallume

CDH deve votar projeto sobre recursos para habitação de mulher chefe de família

Mattos (PDT-RS), lembra que 38 milhões de famílias brasileiras são sustentadas exclusivamente por mulheres. As desigualdades sociais, disse ainda, dificultam o acesso à aquisição da casa própria, e a iniciativa pode reverter esse quadro. A matéria é relatada pelo senador Magno Malta (PR-ES), que é favorável.

Voo da Air France

Estão na pauta da Comissão de Direitos Humanos ainda outros seis projetos de lei e cinco requerimentos, entre os quais, o que solicita debate sobre o acidente com o voo 447 da Air France que caiu no oceano Atlântico este ano. Os senadores pretendem convidar, entre outros, representantes do Ministério Público Federal, do Ministério das Relações Exteriores, da Associação dos Familiares das Vítimas e o embaixador da França no Brasil.

Outro requerimento em análise prevê a realização de audiên-

cia pública para discutir os direitos trabalhistas de empregados domésticos, a formalização e as implicações para empregadores.

Devem ser convidados para o debate o ministro da Previdência Social, José Pimentel; o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; a ministra do Tribunal Superior do Trabalho Maria de Assis Calcingo; a secretária de Ação Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Benedita da Silva; o presidente do portal Doméstica Legal, Márcio Avelino; a presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo, Margaret Carbinato; a presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro, Arinda de Jesus; e a presidente da Associação Tangaraense de Empregadas Domésticas, Maria Edna do Carmo.

Traslado de corpo de brasileiro falecido no exterior

A União poderá ser obrigada a arcar com os custos do traslado de corpos de brasileiros falecidos no exterior que integrem família sem condições de pagar por essas despesas. Projeto com essa finalidade (PLS 516/07), de Expedito Júnior (PR-RO), será examinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na quinta-feira. A matéria será apreciada em decisão terminativa.

O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), propôs emenda para fixar no próprio texto a definição de "família hipossuficiente", expressão usada no projeto para definir quem terá direito ao benefício. O senador tomou por base a lei que estabelece normas para a concessão de assistência jurídica gratuita aos necessitados (Lei 1.060/50) a fim de determinar que seja considerada hipossuficiente a família cuja situação econômica não permita pagar as despesas do traslado sem prejudicar o sustento de seus membros.

Na reunião da CRE, deve ser também apreciada proposta de Magno Malta (PR-ES) que adota o mesmo parâmetro de embriaguez fixado no Código de



Márcio Kallume

Está na pauta da CRE proposta sobre punição a militar que dirigir embriagado

Trânsito Brasileiro para o Código Penal Militar. Por lei aprovada há dois anos, o índice máximo tolerável é de seis decigramas por litro de sangue.

O projeto (PLS 314/09), cujo relator é Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), também aplica ao militar que dirigir veículo da corporação em estado de embriaguez penas que valem agora para os civis, como detenção por até três anos e perda da habilitação. Hoje, pelo Código Penal Militar, o delito é punido com prisão máxima de um ano.

A proposta de Magno Malta seguirá para a CCJ, onde receberá decisão terminativa.

Segurança marítima

A pauta inclui ainda mensagens presidenciais com textos de acordo e tratados internacionais. Entre elas, está o projeto de decreto legislativo (PDL 479/09) com o texto atualizado da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, em inglês Solas (Safety of Life at Sea). O relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), sugere a aprovação.

Outro texto em pauta refere-se a acordo (PDL 492/09) de coprodução audiovisual firmado entre os governos do Brasil e da Índia, que tem Cristovam Buarque (PDT-DF) como relator.

CAS vota projeto que regulamenta profissão de DJ

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar amanhã projeto de lei que regulamenta as profissões de *disc-jockey* e produtor DJ. A proposta estabelece a necessidade de registro profissional para o exercício dessas atividades e determina que a jornada normal de trabalho dos profissionais será de seis horas diárias e 30 horas semanais.

O projeto (PLS 740/07), do senador Romeu Tuma (PTB-SP), já recebeu parecer favorável na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Se for aprovada na CAS, onde será votado em decisão terminativa, a proposta será enviada à Câmara dos Deputados (caso não haja recurso para votação em Plenário).

O relator da matéria na CAS, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), recomendou que o texto seja acolhido com as alterações aprovadas na Comissão de Educação. A proposta original criava uma nova lei exclusivamente para regulamentar essas profissões. Sob o argumento de que é necessário evitar o excesso de leis, a CE incluiu as normas para a profissão de *disc-jockey* na Lei 6.533/78, que regulamenta os ofícios de artista e técnico em espetáculos de diversões.

Licença-casamento

Também aguarda votação na CAS o projeto que altera o período de licença por motivo de casamento para trabalhadores submetidos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e estende esse benefício aos empregados que tenham formalizado união estável.

Inicialmente, a proposta (PLS 18/08), do senador Expedito Júnior (PR-RO), aumentava a licença de três para cinco dias. Segundo ele, a licença atual prejudica os que se casam no sábado – que têm, na prática, direito a apenas um dia de afastamento.

A solução encontrada pelo relator, João Tenório (PSDB-AL), foi estipular licença de "três dias úteis". Para o senador, encontra-se assim "um meio termo entre o benefício vigente e o ora proposto, sem que se deixe de assegurar ao trabalhador um período adequado de afastamento".

A reunião da Comissão de Assuntos Sociais será realizada na sala 9 da Ala Alexandre Costa, às 11h.

Veja a pauta completa da comissão na internet: <http://legis.senado.gov.br/sil-pdf/Comissoes/Permanentes/CAS/Pautas/20090902EX039.pdf>.



Genaldino Magalhães

De autoria de Romeu Tuma, proposta teve parecer favorável da CE

Comissões debatem PEC que garante ensino básico a todos

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE) realizam quinta-feira audiência pública conjunta sobre proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata do compromisso da União com a educação básica.

Iniciativa do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiada por 30 parlamentares, a PEC 74/05 visa reafirmar a responsabilidade da União com a educação básica – que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio – e garantir sua qualidade.

O texto altera o inciso VII do artigo 206 da Constituição para prever a oferta obrigatória dessa faixa da educação em jornada integral na rede pública.

O debate foi proposto pelos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Adelmir Santana (DEM-DF), na CCJ, e Flávio Arns (sem partido-PR) e Marisa Serrano (PSDB-MS), na CE.

Estão convidados para o encontro o vice-presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Raimundo Feitosa; a presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed), Maria Auxiliadora Rezende; e o professor da Universidade de São Paulo (USP) Naercio Menezes Filho.

A PEC modifica também o inciso I do artigo 208 para estabelecer que é dever do Estado assegurar não apenas o ensino fundamental obrigatório e gratuito, mas também o ensino médio. A proposta explícita que esses dois níveis de ensino abrangerão estudantes entre 6 e 17 anos de idade.

Também está prevista na



Proposta de Cristovam Buarque prevê ensino público até 17 anos de idade

emenda constitucional a oferta de programas suplementares da União de apoio a bibliotecas públicas e de suprimento de uniformes aos estudantes da educação básica pública. A legislação atual já prevê a oferta de material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde do estudante, mas apenas para alunos do ensino fundamental e sem determinar a responsabilidade da União no fornecimento desses serviços.

Outro acréscimo feito pela PEC estende aos alunos do ensino médio o recenseamento e a chamada escolar.

Conteúdos mínimos

A proposta acrescenta ainda artigo ao Ato das Disposições Transitórias para instituir a Poupança Educacional do Brasil. De acordo com emenda do relator, senador Adelmir Santana, essa poupança, no período de 2009 a 2018, será formada por 2% dos impostos e contribuições sociais da União. Esses recursos serão usados para melhoria da qualidade dos ensinos fundamental e médio.

A PEC tramita na Comissão de Justiça e, se aprovada, seguirá para deliberação do Plenário.

Proposta de recenseamento na educação básica na pauta da CE

A Comissão de Educação (CE) examina hoje, a partir das 11h, projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que prevê o recenseamento escolar de crianças da educação básica. O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para adaptá-la à Emenda Constitucional 53/06, que impôs nova idade limite para a educação infantil.

O projeto (PLS 54/07), que será votado em decisão terminativa, tem parecer favorável da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), com uma mudança redacional na ementa do texto a qual, em vez dos cinco anos de idade, fixa como público-alvo desse recenseamento os alunos da educação básica. Na opinião da senadora, o aperfeiçoamento da legislação sugerido pelo projeto merece acolhimento.

Em seu parecer, Rosalba rejeita duas emendas do senador Flávio Arns (sem partido-PR): a primeira explicitando o dever do poder público de matricular os alunos de até cinco anos na educação infantil e a partir dos cinco anos no ensino fundamental; e a segunda estipulando que o poder público deve recensear, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), as crianças na educação básica.

De acordo com a relatora, a primeira emenda contraria a Constituição e a própria LDB. Já a segunda, em sua opinião, confere ao IBGE tarefa desenvolvida com competência pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), subordinado ao Ministério da Educação.

Na mesma reunião, também em caráter terminativo, a CE deve examinar projeto do senador João Tenório (PSDB-AL) que cria programa de crédito educativo para estudantes de pós-graduação. A ideia é financiar parte dos gastos com cursos de mestrado e doutorado, no Brasil ou no exterior.

O crédito a ser concedido a cada beneficiário do programa, segundo a proposta, será diretamente proporcional às despesas necessárias para a conclusão do curso e inversamente proporcional aos rendimentos e patrimônio do estudante. Poderá ser selecionado para esse programa quem atestar ter sido aceito ou estar matriculado em cursos de mestrado e doutorado credenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Parecer que será analisado em reunião conjunta da CCJ e CCT permite veiculação, na internet, de propaganda paga e rejeita o voto impresso e o voto em trânsito

Comissões podem votar hoje a reforma eleitoral

A PROPOSTA DE reforma eleitoral deve ser votada hoje, a partir das 11h, em reunião conjunta de duas comissões do Senado. Caso isso ocorra, o Plenário poderá deliberar amanhã sobre a matéria e devolvê-la no mesmo dia à Câmara dos Deputados para exame das mudanças introduzidas pelos senadores, conforme explicou Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

É que as regras das eleições de 2010 precisam ser aprovadas e promulgadas, pelo menos, um ano antes do pleito, ou seja, até 3 de outubro próximo. A CCJ votará a matéria juntamente com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Na última quarta-feira, foi lido o parecer dos relatores da CCJ e da CCT – senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), respectivamente – com a análise das 74 emendas oferecidas pelos senadores ao projeto (PLC 141/09). Porém, um pedido de vista coletivo adiou a decisão sobre o texto.

Entre as modificações feitas pelos dois senadores no projeto da Câmara, estão a permissão para veicular, na internet, propaganda paga e a rejeição às propostas de voto em trânsito e de voto impresso.

Internet

Os relatores concordam com a proposta que veio da Câmara autorizando candidatos, partidos políticos e coligações a explorarem a internet nas campanhas, como meio de comunicação com o eleitor. No entanto, pretendem retirar a proibição



Marco Maciel é relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça

à veiculação de anúncios na rede e à propaganda, mesmo gratuita, em portais noticiosos e informativos da internet.

Eduardo Azeredo e Marco Maciel defendem a liberação da propaganda eleitoral na rede mundial, mas sugerem que esse tipo de publicidade esteja restrito aos sites voltados à veiculação de notícias, permanecendo a proibição para páginas mantidas por pessoas jurídicas cuja atividade final não seja relacionada à oferta de serviços de informação pela internet.

No relatório, Azeredo e Maciel acolhem dispositivo da Câmara permitindo a utilização da internet para doações de pessoas físicas às campanhas. Os eleitores preencherão um formulário eletrônico e poderão também doar mediante cartão de crédito. Contudo, os senadores vão além: sugerem a inclusão do telefone como ferramenta adicional para facilitar as doações.

Voto em trânsito

A permissão de voto ao eleitor que esteja fora de seu domicílio eleitoral é outro ponto de



Na Comissão de Ciência e Tecnologia, texto é relatado por Eduardo Azeredo

discordância dos relatores em relação ao projeto da Câmara. Os deputados aprovaram autorização para o voto em trânsito por meio de urnas instaladas nas capitais, conforme regulamentação a ser editada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

No entanto, Maciel e Azeredo são contrários à medida e apresentaram emenda mantendo o atual sistema – que permite apenas a justificação do voto para os que se encontram fora do seu domicílio eleitoral no dia da votação. Argumentam que a medida seria de difícil aplicação.

Voto impresso

Os relatores da CCJ e CCT também rejeitaram dispositivo que adota o voto impresso, sugerido para que, ao término da votação, a Justiça Eleitoral possa realizar auditoria por amostragem aleatória.

Os dois senadores argumentam que “a utilização de componentes mecânicos acoplados ou inseridos nas urnas eletrônicas aumentará drasticamente a taxa de falha desse equipamento, o que poderá exigir a votação em papel em diversas seções”.

CPI da Petrobras ouve auditor sobre refinaria

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades na Petrobras ouvirá hoje, a partir das 14h, o auditor de Finanças e Controle do Tribunal de Contas da União (TCU) André Delgado de Souza, que falará sobre o suposto superfaturamento na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Ipojoca (PE).

Há denúncias de que a estatal descumpriu o prazo para entregar ao tribunal a documentação completa sobre as obras na refinaria. Os auditores sustentam que teria havido obstrução ao seu trabalho, já que, de um total de R\$ 15,7 bilhões, a equipe do TCU teria tido acesso às planilhas de apenas R\$ 3,9 bilhões do empreendimento.

Índice de custos

Também serão ouvidos dois representantes da Pini Serviços de Engenharia – Mário Sérgio Pini e Luiz Raymundo Freire de Carvalho. De acordo com requerimento apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), a Pini Serviços de Engenharia desenvolveu e disponibiliza o



A CPI apura denúncias que envolvem também a Agência Nacional do Petróleo

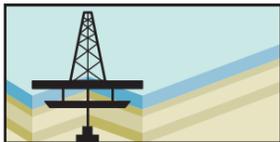
Índice Pini de Custos de Edificações, “largamente adotado para o acompanhamento da inflação setorial, atualização de contratos e nas questões de avaliações e perícias de engenharia”.

As obras da Refinaria Abreu e Lima foram iniciadas em 2008, numa parceria entre a Petrobras e a PDVSA, estatal petrolífera da Venezuela. Até o momento, foram concluídos 15% do projeto.

Em depoimento prestado à CPI na última semana, o gerente-geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria de Pernambuco, Glauco

Legatti, negou a existência de superfaturamento nas obras da refinaria. Ele afirmou, porém, que o custo estimado desses investimentos, que inicialmente era de US\$ 4 bilhões, aumentou para cerca de US\$ 12 bilhões. Sua versão foi sustentada pelo gerente de Engenharia de Custos e Estimativas de Prazos, Sérgio Arantes.

A CPI da Petrobras, que é presidida pelo senador João Pedro (PT-AM), também apura denúncias de irregularidades envolvendo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).



Importância da exploração do petróleo da camada pré-sal para o Brasil e para o povo brasileiro, críticas ao regime de urgência para o exame das propostas e defesa de maior tempo para debater o assunto marcam discursos no Senado

Lançamento do pré-sal gera debate no Plenário

O lançamento, ontem, da proposta do governo para a exploração de petróleo na camada pré-sal foi acompanhado, no Plenário, por vários pronunciamentos. Os senadores se manifestaram não apenas a respeito do conteúdo dos projetos, mas também sobre o rito de tramitação escolhido: o regime de urgência – 45 dias na

Câmara e 45 no Senado.

Primeiro a se manifestar, Tião Viana defendeu a necessidade de se “ampliar o debate” relativo à destinação dos recursos dessa nova fronteira na exploração petrolífera no Brasil. Osmar Dias afirmou considerar “um pecado” a urgência. José Agripino também condenou essa forma de

tramitação, argumentando que o Congresso não deve decidir “a toque de caixa” sobre assunto tão relevante. Aloizio Mercadante (PT-SP) chamou a atenção para a importância da conquista do pré-sal para o Brasil. Ideli Salvatti apelou aos senadores para que tenham os ânimos desarmados com relação aos projetos



Jonas Pereira



Waldemir Borreto



Jonas Pereira



Jonas Pereira



Jonas Pereira

“Temos que agir olhando para o Brasil”

Tião Viana (PT-AC) alertou para a necessidade de se ampliar o debate sobre a destinação dos recursos provenientes da exploração do petróleo na camada pré-sal. Ele disse que o Senado deveria ser o centro das discussões do marco regulatório por ser responsável pelo ordenamento do pacto federativo.

O senador cobrou uma postura mais ativa dos governadores que não estão diretamente envolvidos no pré-sal, bem como dos parlamentares, para que não fiquem à margem do debate sobre a concentração dos royalties do petróleo nos estados produtores – Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

– É muito estranho esse silêncio. Temos que agir olhando para o Brasil – afirmou.

Tião Viana também defendeu a despartidarização do debate, que não pode ter em vista as eleições de 2010.

Para Viana, o presidente Lula emitiu “fortes sinais de boa vontade” em relação aos interesses estaduais ao determinar a criação de uma empresa estatal para gerir o programa do pré-sal e as regras da partilha dos recursos e do fundo social, com linhas de atuação definidas nas áreas de educação, de redução da pobreza e de ciência e tecnologia.

Pedido de urgência é o “único pecado” do governo

Em nome da liderança do PDT, o senador Osmar Dias (PR) afirmou que a decisão do governo de enviar os projetos de lei sobre a exploração do pré-sal com pedido de urgência constitucional (que determina prazo de votação de 45 dias na Câmara e 45 dias no Senado) “é o único pecado” cometido.

Ele considera que o governo poderia dar mais tempo para que os parlamentares possam discutir as normas de acordo com a importância do tema.

Por outro lado, Osmar Dias viu como “uma vantagem” o fato de o assunto não ter sido objeto de medida provisória. Nesse caso, as regras entrariam em vigor imediatamente, e não após aprovação do Congresso.

Para o senador, o pré-sal vai se transformar num fator de desenvolvimento social, e não apenas econômico.

– O Congresso irá tomar uma decisão que vai definir o futuro do país. É prudente que tenhamos mais tempo para que os recursos beneficiem a população brasileira – enfatizou.

Para ele, quem tentar politizar a questão “estará cometendo um crime contra o país”. O Congresso, concluiu, “não deve ficar apenas na posição de crítico, mas de construtor de uma nova proposta”.

“Melhor demorar mais e oferecer texto competente”

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o governo Lula por ter pedido regime de urgência para a tramitação dos quatro projetos que tratam da exploração de petróleo na camada pré-sal. Ele disse que os parlamentares não terão tempo suficiente para discutir “um assunto tão importante para o país”.

– O governo quer pressa porque não quer alterações significativas. Ele quer impor a sua proposta – apontou.

Para o senador, o Congresso demanda mais tempo para realizar audiências públicas sobre o tema com especialistas.

– Melhor demorar um pouco mais e oferecer um marco regulatório competente e com segurança, para que essa descoberta possa significar esperanças de um futuro promissor para o nosso país – recomendou.

Alvaro Dias classificou a cerimônia de lançamento do marco regulatório como “espetaculosa” e acusou o governo federal de usar o fato com interesses eleitorais. Para ele, o governo quer ser o “proprietário dessa conquista”, mas esquece que a Petrobras investe em pesquisas há mais de 30 anos.

O senador criticou também a proposta de criação de uma nova estatal, o que para ele “esvaziaria” a Petrobras.

DEM pode obstruir para evitar análise precipitada

O líder do DEM, José Agripino (RN), alertou para a possibilidade de seu partido obstruir as votações em Plenário para evitar que os projetos que regulamentam a exploração das reservas de petróleo na camada pré-sal sejam analisados de forma precipitada.

Para ele, o prazo de 90 dias (estipulado pelo pedido de urgência constitucional) é muito pequeno para que o Congresso discuta o assunto adequadamente, com a realização de audiências públicas que permitam a participação de toda a sociedade.

– Não temos o direito de usurpar da sociedade o direito de participar dos debates sobre o marco regulatório, para que este petróleo seja um bem do povo. Ele não está em nenhum lago, não está em nenhum rio; ele está lá embaixo. É preciso que haja um investidor que acredite no marco regulatório – disse.

Agripino criticou ainda a intenção do governo de substituir o regime de concessão, implantado no país em 1997, pelo regime de partilha.

Para o senador, não haveria necessidade dessa mudança, uma vez que o atual sistema teria possibilitado o aumento da produção de petróleo no país.

Apelo para desarmamento de ânimos

A líder do governo no Congresso Nacional, Ideli Salvatti (PT-SC), dirigiu apelo aos senadores para que tenham os ânimos desarmados com relação aos projetos anunciados pelo Executivo que tratam da exploração de petróleo na camada pré-sal.

Ideli lembrou que o assunto já vem sendo debatido há aproximadamente dois anos e que essa discussão deve se ampliar. Ela disse que o “assunto é o mais importante para o Brasil e para o povo brasileiro”.

– Obstrução, impedimento de votação e de discussão não acredito que sejam a melhor maneira de enfrentar um assunto dessa relevância e dessa importância. Portanto, faço o apelo no sentido de desarmar-se. Vem em regime de urgência urgentíssima, sim. Só que nós teremos mais do que tempo para debater um assunto que, volto a dizer, já vem sendo debatido antes da chegada dos projetos – disse a senadora.

Ideli falou logo após José Agripino anunciar que a oposição deverá obstruir a tramitação, a fim de que seja possível discutir adequadamente as propostas. Os projetos serão examinados primeiro pela Câmara, e depois pelo Senado, em regime de urgência.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Geraldo Mesquita Júnior • Papaléo Paes • Roberto Cavalcanti • Eduardo Suplicy

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

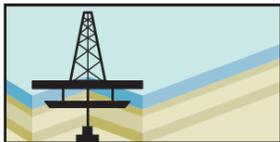
Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Sistema de partilha, criação da Petro-Sal e do Fundo Social e aumento de capacidade de financiamento da Petrobras são medidas sugeridas pelo governo dentro do marco regulatório apresentado ontem em Brasília



ALOIZIO MERCADANTE



FRANCISCO DORNELLES

O desafio de transformar riqueza natural em social

Ao apresentar, em Plenário, os principais pontos dos quatro projetos de lei do pré-sal que o governo encaminhou ao Congresso, o líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), afirmou que o grande desafio para o país é como transformar essa riqueza natural numa riqueza econômica, social e ambiental: “Esse é o grande debate que deve ser feito no Brasil”, declarou.

O senador disse também acreditar que esta segunda-feira (31), dia do lançamento das regras para o pré-sal, será registrada pela história como tão especial quanto a campanha “O petróleo é nosso”, feita em 1953. Acrescentou que o que está proposto nos projetos coincide com o que vem defendendo: mudança do regime de exploração para o de partilha, criação de um fundo com aplicação social, capitalização da Petrobras e criação de um escritório técnico. Ele parabenizou o governo pela iniciativa.

Mercadante manifestou a expectativa de que as dificuldades em torno do tema serão superadas e disse que o Senado “é a Casa para fazer o equilíbrio do pacto federativo, para distribuir os recursos com mais justiça, olhando o Brasil, o futuro, a história”.

Royalties

Mercadante disse ainda que o governo decidiu não encaminhar ao Congresso propostas de alteração no regime de distribuição dos royalties. Para o senador, esse é um debate que o Congresso terá de fazer, pois hoje, em sua avaliação, faltam transparência, controle e vinculação social. Ele reconheceu que os municípios impactados pela exploração do petróleo precisam receber royalties, mas disse ser preciso evitar a “hiperconcentração”, pensar o conjunto da nação e discutir um critério regional e socialmente mais justo.

Apartes

Em apartes, Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que a decisão do governo em relação ao pré-sal fortalece a Petrobras e preserva a riqueza para os brasileiros. Garibaldi Alves (PMDB-RN) registrou a insatisfação dos estados produtores de petróleo quanto à cobrança do ICMS e Eduardo Suplicy (PT-SP) frisou que esta segunda-feira é “um dia histórico”.

De onde virão os R\$ 500 bilhões para exploração?

Francisco Dornelles (PP-RJ) parabenizou o governo pelo lançamento do marco regulatório da exploração de petróleo na camada pré-sal. No entanto, Dornelles disse que tem divergências em relação a alguns pontos das novas regras, e dúvidas sobre a fonte dos recursos necessários para a exploração.

Na avaliação do senador, as metas estabelecidas pelo governo poderiam ser plenamente alcançadas sem mudar o regime “mais eficiente, competente, transparente e democrático” de concessão. Dornelles observou que o regime de partilha é burocratizado e estatizante, enquanto o de concessão permite que as empresas interessadas comprem as áreas que querem explorar.

– Se o governo precisa de recursos para fazer política social, teria esses recursos num período muito mais curto de tempo através do regime de concessão do que no de partilha – afirmou.

Dornelles acrescentou que, pelo regime de concessão, as empresas pagam ao governo a chamada “participação especial”, que é o imposto sobre o lucro da exploração do poço. Ele disse, ainda, que no caso de o poço dar bons resultados, a participação especial será maior, observando que hoje o governo recolhe pouco com esse tipo de imposto porque a isenção é muito elevada. Lembrou que, através de um ajuste feito por decreto, é possível aumentar o percentual da participação especial e, conseqüentemente, a arrecadação.

O senador também defendeu o fortalecimento da Petrobras, mas salientou que juridicamente se trata de uma empresa de direito privado e, por isso, não pode receber benefícios que não são destinados a esse tipo de empresa. Ele recomendou uma análise cuidadosa do projeto que autoriza ceder à Petrobras, dispensada a licitação, o exercício das atividades de pesquisa e lavra do petróleo.

– Se o governo ceder à Petrobras, sem licitação, todas essas áreas, na realidade estamos voltando à reestatização do petróleo. Eu acho que o Congresso tem que discutir muito esse assunto, porque um dos pontos que não escutei ainda é de onde vão sair os recursos para a exploração do pré-sal. Nós precisamos aproximadamente de R\$ 500 bilhões a R\$ 600 bilhões – alertou.

Governo envia ao Congresso regras para explorar pré-sal

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou ontem, ao lado do presidente Lula, do lançamento do marco regulatório do pré-sal, em Brasília. O evento, realizado no Centro de Convenções, também contou com a participação da primeira-dama, Marisa Letícia; da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff; do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer; e do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

Durante a cerimônia, foram apresentados os quatro proje-

tos de lei por meio dos quais o Executivo estabelece as regras de exploração do pré-sal, província petrolífera que se estende do litoral do Espírito Santo ao de Santa Catarina, com área total de 149 mil quilômetros quadrados e a 300 quilômetros da costa brasileira.

O pré-sal conta com grandes reservatórios de petróleo e gás natural, situados entre 5 mil e 7 mil metros abaixo do nível do mar, com lâminas d’água que podem superar 2 mil metros de profundidade. Cerca de

28% da província petrolífera (ou 41.772 quilômetros quadrados) já foram concedidos à exploração, sendo 24% desse total com a participação da Petrobras (35.739 quilômetros quadrados). A área sem concessão abrange 72% da jazida do pré-sal (ou 107.228 quilômetros quadrados).

Ao final do evento, o presidente Lula assinou mensagem encaminhando as propostas para exame do Congresso, com início pela Câmara dos Deputados.



No Centro de Convenções, Dilma Rousseff, José Sarney, Lula, Marisa Letícia e Michel Temer

Petróleo deve ser dividido entre empresa e União

O primeiro dos quatro projetos enviados pelo governo ao Congresso define que a região do pré-sal será explorada por meio de contrato de partilha, que prevê a divisão do petróleo a ser produzido entre a empresa e a União, ao contrário dos contratos de concessão em vigor atualmente, em que toda a produção de petróleo ou gás natural fica com a empresa concessionária. Os dois modelos irão conviver normalmente, sem alterações nas áreas de exploração já concedidas, garantiu Dilma Rousseff em discurso.

A ministra afirmou que o modelo do contrato de concessão é compatível com o potencial das bacias petrolíferas conhecidas até o pré-sal, que têm como características o alto risco e a baixa rentabilidade, ao contrário do que ocorre na jazida localizada sob o oceano Atlântico. Ela lembrou ainda que em 1997, quando houve a quebra do monopólio na exploração do petróleo, o Brasil era carente de recursos para investimentos nesse setor e que a Petrobras enfrentava dificuldades de captação externa em virtude do elevado custo de capital.

Pelo modelo de partilha, a União poderá contratar diretamente a Petrobras para produzir no pré-sal e ainda licitar empresas para participar dos contratos, sendo vencedor aquele que atribuir maior per-

centual à União.

Petro-Sal

O segundo projeto prevê a criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (Petro-Sal), que será integrada por corpo técnico qualificado mas não será uma empresa operadora. A Petro-Sal representará a União nos consórcios e comitês operacionais que deverão ser criados para gerir os diferentes contratos de partilha. A empresa buscará diminuir a assimetria de informações entre a União e as empresas de petróleo por meio da atuação e acompanhamento direto de todas as atividades na área de exploração e produção, em especial o custo de produção.

Fundo Social

Já o terceiro projeto cria um Fundo Social que terá por objetivo proporcionar uma fonte regular de recursos para as atividades prioritárias de combate à pobreza e o incentivo à educação de qualidade, à cultura, à inovação científica e tecnológica e à sustentabilidade ambiental.

A idéia do governo é que o fundo transforme a riqueza baseada nos recursos naturais em riqueza para as pessoas, em oportunidades e desenvolvimento humano e ambiental. O fundo receberia a renda do petróleo, realizaria aplicações e proporcionaria uma receita

regular para a União, que a direcionaria para as atividades prioritárias. Os recursos do fundo repassados à União serão orçados e fiscalizados pelo Congresso. As aplicações no Brasil poderão ser destinadas a projetos de infraestrutura social.

Petrobras

O quarto projeto, por sua vez, autoriza o aumento da capacidade de financiamento da Petrobras para a realização dos investimentos no pré-sal, com o possível aumento da participação da União no capital e no resultado da estatal, caso os acionistas minoritários não exerçam integralmente seus direitos de opção.

A operação implica a transferência de uma quantidade fixa de petróleo para a Petrobras até o limite de 5 bilhões de barris de óleo. O volume será estabelecido no contrato, sem incertezas sobre a quantidade de petróleo a ser transferida. O preço do barril será determinado por uma avaliação prévia e independente das reservas e será certificado pela ANP. Uma vez fixado o preço inicial, o contrato deverá ser aprovado pela União e pela Petrobras. A operação inclui uma cláusula de reavaliação do preço das reservas no prazo máximo de 24 meses. Se o preço subir, a Petrobras pagará a diferença à União. Se o preço cair, ocorrerá o inverso.

MARCO MACIEL COMEMORA OS 13 ANOS DA LEI DE ARBITRAGEM

O aniversário de 13 anos da Lei de Arbitragem foi comemorado em Plenário por Marco Maciel (DEM-PE). O senador relatou sua participação no 1º Seminário Internacional de Mediação e Arbitragem da Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No evento, realizado em São Paulo, Marco Maciel foi homenageado por ser o autor do projeto que se transformou na Lei 9.307/96.

Marco Maciel destacou o papel fundamental desempenhado pela Lei de Arbitragem na melhoria da prestação jurisdicional no país, contribuindo para difundir uma alternativa à prestação jurisdicional por parte do Estado.

– É essa a grande vitória da lei, ou seja, está fazendo com que, em diferentes campos, muitas demandas deixem de ser encaminhadas à prestação jurisdicional por parte do Estado e sejam resolvidas por meio de comissões de arbitragem.

VOTOS DE PESAR POR ABDIAS JOSÉ DOS SANTOS E AMÉLIA DUTRA

O senador Paulo Paim (PT-RS) encaminhou à Mesa dois requerimentos de voto de pesar: um pela morte do ex-dirigente sindical Abdias José dos Santos, na madrugada de ontem, no Rio de Janeiro, e outro pela morte de Amélia de Oliveira Dutra, mãe do ex-governador Olívio Dutra, na última sexta-feira, no Rio Grande do Sul.

Paim lembrou que Abdias, que era metalúrgico, foi, juntamente com ele, um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). O ex-dirigente sindical também exerceu cargos de direção na CUT.

Sobre Amélia Dutra, o senador afirmou que ela era muito dedicada ao PT e sempre estava presente às mobilizações das eleições. O grande orgulho dela, segundo Paim, foi ver o filho eleito governador. Na presidência da sessão, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que a Mesa associava-se aos votos de pesar.



Mesquita Júnior (foto) defende proposta de Valadares

Apoio a exigência de diploma de jornalistas

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) manifestou ontem seu apoio à proposta de emenda à Constituição (PEC 33/09) que torna novamente obrigatório um diploma específico para o exercício da profissão de jornalista. Embora tenha inicialmente apoiado a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que derrubou a obrigatoriedade do diploma, o senador disse que mudou de ideia.

– Hoje entendo que essa situação precisa ser rediscutida e precisamos introduzir no ordenamento jurídico mais uma vez a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, ressalvadas todas as situações – assinalou.

Para Mesquita Júnior, a obrigatoriedade do diploma é um incentivo à busca do conhecimento formal, à educação. Já o fim de sua obrigatoriedade, segundo o parlamentar, estaria desestimulando tanto os alunos que frequentam atualmente os cursos de jornalismo como as escolas que os oferecem.

O senador observou que, de acordo com o texto da PEC, especialistas em outras áreas são autorizados a atuarem na condição de colaboradores e aqueles que já possuírem registro profissional na área, mesmo sem ter o diploma, poderão continuar a exercer o jornalismo.

A PEC 33/09 foi apresentada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) logo após a decisão do STF e é relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Quem ganha menos paga mais imposto, diz Papaléo

Senador critica característica regressiva do sistema tributário nacional e lamenta que contribuinte de baixa renda “receba serviço público dos mais precários”

O SENADOR PAPALÉO Paes (PSDB-AP) criticou ontem a característica “fortemente regressiva” do sistema tributário nacional. Citando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Papaléo assinalou que pessoas com renda de até dois salários mínimos trabalham até 65 dias a mais do que os contribuintes de renda média apenas para pagar impostos.

– É inadmissível que esses contribuintes de baixa renda, que já sobrevivem com extrema dificuldade, ainda paguem mais impostos, proporcionalmente, que os contribuintes de maior poder aquisitivo, doando ao governo mais de seis meses de seu salário, e ainda recebam em troca um serviço público dos mais precários – disse.



Papaléo Paes lamenta a “má qualidade dos gastos federais” e defende reforma

Comentando declarações do diretor regional no Rio Grande do Sul do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, Fernando Steinbruch, o parlamentar lamentou ainda a “má qualidade dos gastos federais”, os quais são,

em sua opinião, pouco aplicados em obras de infraestrutura capazes de gerar desenvolvimento para o país.

Papaléo criticou ainda a elevada carga tributária brasileira. Ele ressaltou que a carga tributária média em 2008, medida pelo Ipea, foi de 36,2% do produto interno bruto (PIB), índice que a coloca entre as mais elevadas do mundo.

Como solução para alguns dos problemas do sistema tributário, Papaléo considerou necessária a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 233/08) que trata da reforma tributária. O texto foi encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional e se encontra em análise na Câmara dos Deputados.



João Ribeiro lembra que campos de futebol são relevantes para comunidades

João Ribeiro destaca importância de obras em Araguaína

João Ribeiro (PR-TO) registrou ontem, em discurso no Plenário, a inauguração, no último fim de semana, de seis campos de futebol na periferia de Araguaína, no Tocantins, sua base eleitoral. O senador, que participou das inaugurações, afirmou que as obras foram tocadas com recursos de emendas de sua autoria ao Orçamento da União, apresentadas dois anos atrás.

O senador ressaltou a importância dessas obras afirmando que, além de serem um incentivo à prática de esportes entre os jovens da periferia, os campos de futebol também servem de ponto de encontro nas comunidades em que são instalados e contribuem para a geração de empregos.

– Estou muito feliz por poder contribuir com o futebol de Araguaína. Vamos gerar craques para o futebol do Tocantins e do Brasil – disse João Ribeiro.

Mário Couto alerta para falta de segurança no Pará

Tentando “sensibilizar as autoridades”, Mário Couto (PSDB-PA) voltou a alertar ontem para a falta de segurança no estado do Pará.

O senador disse que o fato de repetir denúncias não é uma tentativa de se promover, mas fruto de um sentimento de pena das pessoas que sofrem com a violência diária. Mário Couto mostrou jornais paraenses que noticiaram assaltos com reféns, roubo de igrejas e a existência de 100 mil casos de pedofilia no estado.

– Não posso ficar calado com o que está acontecendo no estado do Pará. Não adianta dizer que as coisas podem melhorar. Eu perdi a confiança. Na próxima semana, vou passar dez dias no Pará. Tenho medo. Ontem mesmo, o deputado federal Nelson Pinto foi assaltado junto com a sua família – lamentou.

Segundo ele, tudo corria bem no Pará, que estava em pleno crescimento econômico, mas, a partir do governo de Ana Júlia Carepa, parece que passou

um “avião da destruição” pelo estado. O senador disse que por denunciar o que está errado, passaram a difamá-lo chamando-o de “bicheiro” e a devassar a sua vida para tentar intimidá-lo.

– Mentiram para o povo e não cumpriram as promessas feitas no palanque. Agora estão tentando me calar. Ela [Ana Júlia] prometeu que iria asfaltar a Transamazônica, plantar 1 bilhão de árvores e dar prioridade para a saúde e para a segurança pública. Só papo furado, só mentira, só enganação para ganhar voto. E eu tenho que ficar calado? – questionou o senador.



Mário Couto: jornais paraenses relatam aumento da criminalidade



Paulo Paim ressalta que feira concentra a mais elevada tecnologia agropecuária

Paim: a cada ano Expointer supera recordes de venda

Paulo Paim (PT-RS) saudou a realização (de 29 de agosto a 6 de setembro) da Expointer 2009, uma das maiores feiras de agrogêncio da América Latina. A feira, que já está na sua 32ª edição, é realizada no município de Esteio (RS), região metropolitana de Porto Alegre.

– A cada ano, a Expointer supera recordes de comercialização e de público. Reúne produtos alimentícios variados e uma gama de opções de vestuários originários da cultura rio-grandense. Oferece, com certeza, o melhor da genética animal das mais diferentes raças, além das últimas novidades em maquinários. A feira concentra a mais moderna tecnologia agropecuária e agroindustrial do continente – resumiu Paim.

De acordo com o senador, os organizadores do evento investiram cerca de R\$ 2 milhões na restauração do Parque de Exposições Assis Brasil, onde é realizada a feira, e receberam a inscrição de 7 mil animais de 167 raças diferentes. Além disso, 2.200 expositores mostram as novidades em máquinas e equipamentos agrícolas.

Apenas nos dois primeiros dias da Expointer, registrou Paim, foram comercializados mais de R\$ 3,5 milhões na venda de animais. Os expositores vendem ainda produtos da agricultura familiar e artesanatos da região.

Pré-sal

Paulo Paim também comunicou que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai promover nesta quinta-feira, às 9h, audiência pública a respeito do projeto elaborado por entidades dos trabalhadores sobre a exploração dos campos petrolíferos da camada pré-sal.

O senador registrou ainda a realização de audiência pública, na sexta-feira passada, pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul sobre titularidade de terras quilombolas. Ele informou que 135 comunidades quilombolas gaúchas pleiteiam a titulação de suas terras atualmente.